

Oposição reage a ofensiva contra Bolsonaros

Líder da oposição no Congresso denuncia perseguição política

Por Karoline Cavalcante

A tensão entre o Judiciário e lideranças conservadoras segue em alta, com manifestações sucessivas de parlamentares oposicionistas diante dos desdobramentos mais recentes. Nesta quinta-feira (21), foi a vez do senador Izalci Lucas (PL-DF), líder da oposição no Congresso, se pronunciar oficialmente.

Em nota, o parlamentar denunciou o que classificou como uma “escalada de medidas que visam silenciar vozes legítimas da sociedade brasileira”, em reação às investigações que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o pastor Silas Malafaia.

“O direito de manifestação pacífica, de reunião e de crítica a autoridades não é concessão do Estado: é garantia permanente da nossa Constituição”, afirmou Izalci. Para o senador, indiciamentos seletivos e condutas coercitivas desnecessárias enfraquecem a democracia e revelam a fragilidade do sistema político atual.

Na rede social X (antigo Twitter), o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) também criticou. “Vaza uns áudios do Lula e Moraes aí pra gente ver uma coisa, rapidão...”, afirmou Ferreira.

Indiciamento

As declarações foram feitas um dia após a Polícia Federal indiciar Jair e Eduardo Bolsonaro por tentativa de obstrução de justiça, por supostamente interferirem na Ação Penal nº 2668 — que apura uma possível tentativa de gol-



Izalci: “perseguição contra vozes legítimas da política”

pe de Estado após as eleições de 2022 e tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). No despacho mais recente, o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, determinou que a defesa do ex-presidente preste esclarecimentos, em 48 horas, sobre o descumprimento de medidas cautelares, a reiteração de condutas ilícitas e o risco de fuga.

O mesmo inquérito embasou a operação que teve como alvo o pastor Silas Malafaia, com busca pessoal e imposição de medidas cautelares — entre elas, a proibição de deixar o país e de manter contato com outros investigados. De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, a investigação reúne diversos diálogos e publicações “sugestivos da atuação ilícita” de Malafaia, “que aparece como orientador e auxiliar das ações de coação e obstrução promovidas pelos investigados”.

Crise interna

A crise, no entanto, ultrapassa o campo institucional e se estende ao ambiente interno do próprio bolsonarismo. A partir da perícia no celular de Jair Bolsonaro — atualmente em prisão domiciliar por descumprimento de cautelares —, a PF encontrou evidências de atrito entre lideranças do campo conservador. Um dos áudios resgatados mostra o pastor Silas Malafaia chamando Eduardo Bolsonaro de “idiota” e ameaçando “arrebentá-lo” publicamente. O conteúdo revela uma divisão quanto à estratégia política adotada por aliados do ex-presidente, especialmente no cenário internacional.

Em resposta ao vazamento, Eduardo gravou um vídeo tentando minimizar o episódio. Afirmou que os áudios fazem parte de uma suposta “fishing expedition” contra seu pai — termo jurídico, que pode ser traduzido para pescaria, usado para se referir a investigações genéricas em busca de qualquer

elemento incriminador — e classificou a divulgação como “cortina de fumaça”.

“Pastor Silas, tamo junto. O senhor está sofrendo os últimos atos desse regime”, afirmou Eduardo, em um gesto público de reconciliação, sem comentar diretamente os ataques. Em outro momento, o deputado lamentou que alguns aliados “ainda acreditem que os EUA funcionem como o Brasil”, numa referência às sanções internacionais que têm envolvido autoridades brasileiras.

Sanções

Eduardo, que se licenciou do mandato em março e passou a viver nos Estados Unidos, tem atuado diretamente em favor da aplicação de penalidades a autoridades brasileiras, alegando violações de direitos humanos.

Desde sua mudança para o país, o presidente norte-americano Donald Trump (Republicano) anunciou uma tarifa de 50% sobre diversos produtos brasileiros, e outras sanções.

Haddad elogia trabalho de Alckmin sobre tarifaço

Por Gabriela Gallo

Seguem as estratégias do governo federal para amenizar os impactos das tarifas de 50% impostas pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump (Republicano), a produtos brasileiros, que está em vigor desde o dia 6 de agosto.

E, em meio às iniciativas do governo — que vem sendo coordenadas em sua maioria pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço — o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teceu elogios sobre a sua atuação nesta quinta-feira (21).

Durante a cerimônia de abertura do 9º Salão de Turismo, em São Paulo, Haddad destacou que Geraldo Alckmin “tem dado um show de dignidade nas tratativas do Brasil com os Estados Unidos” e ressaltou a importância de se ter um governante de “cabeça erguida” representando o país.

“É muito importante ter uma pessoa que não abaixe a cabeça para o grito e para o desaforo. Uma pessoa que sabe se colocar, que sabe defender os interesses nacionais, uma pessoa que sabe a importância que o Brasil tem no mundo. Porque sem o respeito nós não vamos tra-



Haddad elogiou condução de Alckmin sobre o tarifaço

zer turista para cá, nós não vamos trazer investimento para cá, nós não vamos trazer as atenções do mundo para o potencial do Brasil”, afirmou o ministro da Fazenda.

Ele ainda reiterou que “quando o turismo vai bem”, é um indicador econômico positivo, que representa “um país um pouco mais justo”.

“Quando sobra um dinheiro para fazer turismo é porque essa família já conseguiu honrar boa parte dos seus compromissos rotineiros, já pagou a conta da luz, já pagou a escola do filho, já pagou a água. Então, quando o turismo vai bem, é sinal que o desemprego está em baixa, que a inflação está sendo controlada, é sinal que a renda

do trabalhador, sobretudo das camadas de até quatro ou cinco salários mínimos, está prosperando”, disse Haddad.

Congresso

Geraldo Alckmin entregou ao Congresso Nacional, na quarta-feira (20), as principais propostas legislativas do governo em defesa das exportações brasileiras. As medidas foram entregues ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Dentre as prioridades do governo para tratar do tarifaço estão a Medida Provisória (MP) 1309/25, que cria o Plano Brasil Soberano para mitigar os impactos tarifários e o projeto de lei comple-

mentar (PLP) que estabelece o Novo Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários).

O projeto aumenta o percentual de restituição de tributos federais a empresas afetadas. O vice-presidente pediu ao presidente da Câmara urgência de tramitações de projetos.

“A Medida Provisória estabelece o crédito, fundo garantidor, compras governamentais e drawback [regime aduaneiro especial que serve como incentivo fiscal para exportações]. E o PLP, que estabelece Reintegra”, explicou Alckmin.

“Eles estabelecem um apoio para preservar emprego e a produção dos produtos afetados pela tarifa de 50% dos exportadores brasileiros para os Estados Unidos”, destacou o vice-presidente em entrevista coletiva após reunião com Motta.

Assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no dia 13, o Plano Brasil Soberano direciona R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) para crédito com taxas acessíveis, além de ampliar as linhas de financiamento às exportações, prorroga a suspensão de tributos e autoriza compras governamentais de gêneros alimentícios perecíveis que deixaram de ser exportados e estão paralisados desde o anúncio das tarifas.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo - Agência Brasil



Insegurança faz consumidor reduzir compras

Comércio começou a sentir efeitos da briga com EUA

Até o comércio já começou a sentir as consequências do tarifaço e de outras medidas punitivas decretadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O Correio Bastidores apurou que houve redução nas vendas aqui no Brasil a partir do início de julho, quando a Casa Branca fez o primeiro anúncio da retaliação. A queda no preço das

ações de bancos, ocorrida nesta semana, também gerou uma contenção ainda maior no crédito, o que dificulta a obtenção de empréstimos por empresas e cidadãos. A perda ocorreu logo após o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, limitar a aplicação de leis estrangeiras no país, o que impediria bancos de obedecer determinações do governo dos EUA.

Medo

De acordo com um dirigente do setor do varejo, o comércio é o setor mais sensível da economia, já que depende muito da percepção do consumidor. Diante do risco de uma crise, há uma tendência de retração, de cancelamento ou de adiamento de compras.

Aceleração

O primeiro semestre foi muito bom para o comércio, mas a permanência do juro alto começou a atrapalhar. A divulgação das primeiras medidas de Trump contribuiu para acelerar o processo, mesmo sem que tenha havido consequências diretas no preço dos produtos.



Bancos dificultaram crédito depois de queda de ações

Decisão fez bancos restringirem empréstimos

De acordo com o dirigente, a perda do valor de mercado dos bancos registrada na terça — estimada em R\$ 41,3 bilhões — foi imediatamente sentida no mercado de crédito.

As instituições financeiras ficaram mais rigorosas na concessão de empréstimos e aumentaram seus juros. Isso restringe o ca-

pital de giro de empresas, que tratam de usar apenas o próprio dinheiro e reduzem investimentos. As altas taxas também contribuem para uma diminuição de novos negócios, na medida em que aplicações financeiras têm superado com folga a inflação. “Os rentistas estão na praia, vivendo muito bem”, diz.

Risco

Para ele, as consequências tendem a ficar mais graves caso não haja uma negociação entre os governos do Brasil e dos EUA capaz de barrar novas medidas baseadas na Lei Magnitsky. Até transações com gigantes como a Amazon correm o risco de ser afetadas.

Fuga

Ressalta também que, diante de um aumento de sanções e da insegurança, há o risco de saída de grandes investidores estrangeiros, norte-americanos, principalmente, do Brasil. Um movimento capaz de afetar as empresas de capital aberto, com ações em bolsa.

Opção

A pesquisa Genial/Quaest reforçou o coro dos conservadores que defendem uma chapa de direita com menores teores de bolsonarismo. Houve um perceptível aumento da rejeição a Jair Bolsonaro na direita moderada e nos eleitores que não estão de um lado ou de outro.

Alternativa

No grupo dos que não estão nem à direita nem à esquerda, 41% votariam em Lula e apenas 21% em Bolsonaro. Para partidos mais ao centro seria importante ter um candidato que disputasse o eleitor nem-nem: avaliam que o antipetismo garantirá o voto bolsonarista.